

O presente anúncio no sítio web do TED: <https://ted.europa.eu/udl?uri=TED:NOTICE:79564-2014:TEXT:PT:HTML>

Bélgica-Bruxelas: Convite à manifestação de interesse EACEA/2013/01 relativo ao estabelecimento de uma lista de peritos para apoiar a Agência de Execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura no âmbito da gestão de programas da União Europeia 2014/S 048-079564

Retificativo

(Suplemento do Jornal Oficial da União Europeia, 14.9.2013, 2013/S 179-308003)

Agência de Execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura, avenue du Bourget 1, 1049 Bruxelas, BÉLGICA.
Endereço eletrónico: eacea-info@ec.europa.eu

Em vez de

2. Entidade adjudicante:

Agência Executiva relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura, avenue du Bourget 1, 1140 Bruxelas, BÉLGICA.

[...]

3. Procedimento de registo:

[...]

Os candidatos devem apresentar as suas candidaturas de acordo com as instruções fornecidas no sítio Web da Agência supramencionado.

Juntamente com o seu formulário de candidatura, os candidatos devem apresentar provas ...

6. Utilização da lista resultante do presente anúncio:

A lista resultante do presente anúncio será utilizada exclusivamente para tarefas que deverão ser realizadas no âmbito dos domínios descritos no ponto 7, com um limite máximo de 130 000 EUR (montante máximo por perito durante toda a vigência do convite à manifestação de interesse. Esta regra aplica-se apenas a pagamentos realizados no seguimento das notas de encomenda emitidas pela Agência) do total de pagamentos (incluindo remunerações e reembolsos).

7. Descrição completa dos domínios abrangidos pelo convite à manifestação de interesse:

A entidade adjudicante lança o presente convite à manifestação de interesse para o estabelecimento de uma lista de peritos para apoiar a execução das seguintes tarefas:

[...]

c) Estudos específicos e análises relacionadas com os domínios de atividade.

d) Tradução ou edição de documentos nas línguas requeridas.

e) Apoio à Agência durante eventos públicos.

f) Quaisquer outras tarefas relacionadas com os programas geridos pela Agência.

A entidade adjudicante pode necessitar de especialização externa ...

12. Condições de remuneração e reembolso de peritos:

[...]

12.2. Reembolso das despesas de viagem e alojamento:

Se necessário para a execução das tarefas e desde que previsto no contrato, o perito selecionado receberá um reembolso das suas despesas de viagem e alojamento, de acordo com as normas e taxas aplicáveis pela Comissão Europeia indicadas no projeto de nota de encomenda e com base nos documentos comprovativos originais (por exemplo, faturas).

[...]

13. Outras informações:

[...]

13.6. Transparência ex post:

[...]

Estas informações incluirão nome, localidade (endereço para pessoas coletivas e região de origem para pessoas singulares), montantes, e objeto do contrato. Para pessoas singulares, a informação será removida 2 anos após o ano da adjudicação do contrato.

Ler

2. Entidade adjudicante:

Agência de Execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura, avenue du Bourget 1, 1049 Bruxelas, BÉLGICA.

[...]

3. Procedimento de registo:

[...]

Os candidatos devem apresentar as suas candidaturas de acordo com as instruções fornecidas no sítio Web da Agência supramencionado. De modo a que as candidaturas estejam acessíveis aos serviços relevantes para a assistência de peritos, todas as secções devem ser atualizadas e preenchidas. As áreas de especialização e a experiência profissional devem ser devidamente pormenorizadas e documentadas. Uma candidatura é considerada como completa após ter sido confirmada como válida no sistema de contacto eletrónico.

Juntamente com o seu formulário de candidatura, os candidatos devem apresentar provas ...

6. Utilização da lista resultante do presente anúncio:

A lista resultante do presente anúncio será utilizada exclusivamente para tarefas que deverão ser realizadas no âmbito dos domínios descritos no ponto 7, com um limite máximo de 130 000 EUR (montante máximo por perito durante toda a vigência do convite à manifestação de interesse. Esta regra aplica-se apenas a pagamentos realizados no seguimento dos contratos emitidos pela Agência) do total de pagamentos (incluindo remunerações e reembolsos).

7. Descrição completa dos domínios abrangidos pelo convite à manifestação de interesse:

A entidade adjudicante lança o presente convite à manifestação de interesse para o estabelecimento de uma lista de peritos para apoiar a execução das seguintes tarefas:

[...]

c) Assistência na implementação de ações geridas pela Agência.

d) Assistência à Agência através da apresentação de pareceres e aconselhamento em casos específicos.

A entidade adjudicante pode necessitar de especialização externa ...

12. Condições de remuneração e reembolso de peritos:

[...]

12.2. Reembolso das despesas de viagem e alojamento:

Se necessário para a execução das tarefas e desde que previsto no contrato, o perito selecionado receberá um reembolso das suas despesas de viagem e alojamento, de acordo com as normas e taxas aplicáveis pela Comissão Europeia indicadas no projeto de contrato e com base nos documentos comprovativos originais (por exemplo, faturas).

[...]

13. Outras informações:

[...]

13.6. Transparência ex post:

[...]

Estas informações incluirão nome, localidade (endereço para pessoas coletivas e região de origem para pessoas singulares), montantes, e objeto do contrato. Para pessoas singulares, a informação será removida 2 anos após o ano da adjudicação do contrato.

13.7. Comunicação entre a entidade adjudicante e os peritos:

Todos os contactos com os peritos, incluindo a celebração de contratos para a sua nomeação e respetivas alterações, devem ser assegurados através de sistemas de contacto eletrónico criados em conformidade com o artigo 287.^o, n.^o 4, do Regulamento Delegado (UE) n.^o 1268/2012 da Comissão.

Mediante a apresentação da sua candidatura através do sítio Web mencionado no convite, os peritos aceitam a utilização do sistema de contacto eletrónico para interações com a Agência ou com o organismo de financiamento relevante. Todas as comunicações efetuadas através do sistema de contacto eletrónico (incluindo assinatura de contratos, alterações, notificações, pedidos de pagamento, etc.) são consideradas equivalentes a comunicações efetuadas através de documentos em papel, serão admissíveis como prova em processos jurídicos, serão consideradas como os originais dos documentos e devem beneficiar de presunção jurídica da sua autenticidade e integridade desde que não contenham elementos dinâmicos suscetíveis de as alterar automaticamente. As assinaturas eletrónicas devem ter o efeito jurídico equivalente ao das assinaturas manuscritas.